



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Flávio deu recado de “união” após críticas de Michelle, diz cotada para vice na chapa

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Júlia Zanatta disse que Flávio deixou claro que pretende unificar o campo conservador

A deputada federal Júlia Zanatta (PL) afirmou à coluna que o senador Flávio Bolsonaro (PL) enviou um “recado de união” à direita após o episódio envolvendo a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Segundo a parlamentar, o desentendimento já foi superado e o foco agora é a eleição presidencial de 2026.

Cotada para ser vice na chapa de Flávio, Zanatta disse que o senador deixou claro, durante reunião com lideranças femininas, que pretende unificar o campo conservador. “Flávio deixou um recado muito claro na reunião com as mulheres de que as portas estão abertas e de que ele quer união”, afirmou.

A deputada acrescentou que o mesmo tom foi adotado pelas demais participantes do encontro.

“Todas as mulheres também discursaram nesse mesmo sentido, porque o nosso objetivo número um é tirar o PT do poder, eleger Flávio

Bolsonaro presidente da República”, declarou.

Zanatta argumentou que a eleição do próximo presidente influenciará diretamente a composição do Supremo Tribunal Federal. “Todos os presos do dia 8 de janeiro, Jair Bolsonaro, Silvinei Vasquez, enfim, tantos perseguidos têm um problema, que são ministros do Supremo Tribunal Federal. E o próximo presidente da República vai indicar quatro ministros do Supremo Tribunal Federal”, disse.

Por fim, a parlamentar defendeu que divergências internas sejam deixadas de lado. “A gente não pode ficar de picuinha e pensar em problemas menores. O nosso maior objetivo é resgatar o Brasil. Então, esse assunto já é página virada, já acabou, bola pra frente, porque nós temos um país para reconstruir”, concluiu.

STF afasta imunidade parlamentar e torna Gustavo Gayer réu por injúria contra Lula

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a imunidade parlamentar não protege deputados que divulgam montagens ou manipulações de imagens com potencial ofensivo nas redes sociais. Com esse entendimento, o colegiado recebeu, por unanimidade, denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o deputado Gustavo Gayer (PL), que passa a responder por injúria qualificada contra o presidente Lula (PT).

O acórdão, relatado pelo ministro Flávio Dino, considera que há indícios suficientes para a abertura da ação penal e afasta, neste momento processual, a tese de que a publicação estaria protegida pela imunidade.

“Não se cuida de crítica política acobertada pela imunidade constitucional,

uma vez que há a utilização de rede social para exibir uma montagem”, afirmou Dino durante o julgamento.

Segundo a denúncia da PGR, Gayer publicou, em fevereiro de 2024, uma imagem manipulada do presidente Lula no X (antigo Twitter), com elementos destinados a associá-lo ao terrorismo e ao antissemitismo. A postagem trazia a mensagem: “ATENÇÃO: Lula já mandou trocar a sua foto de presidente em todos os ministérios e estatais”.

“Nós temos uma montagem que ultrapassa o uso da palavra, configurando-se um autêntico falseamento imagético da realidade, inclusive com adulteração de sinais visuais”, disse Dino.

No voto, Dino também fez um alerta sobre os impactos das novas tecnologias na disseminação de conteúdos falsos.

“Em tempos de perigosí-

simas manipulações de imagens e vozes, o Direito Penal tem um papel a cumprir na tutela de direitos fundamentais protegidos”, afirmou.

A defesa de Gayer sustentou que a publicação representava apenas uma crítica política, baseada no que considera um alinhamento do governo com o Hamas, e alegou que a manifestação estaria protegida pela imunidade parlamentar e que não houve ofensa.

A Primeira Turma concluiu que há justa causa para a ação penal e que a discussão deverá ocorrer durante a instrução do processo.

Com o recebimento da denúncia, Gayer passa a responder pelo crime de injúria. Segundo o STF, a pena pode ser maior porque a suposta vítima é o presidente da República, que tem mais de 60 anos, e porque a publicação foi feita em uma rede social.

TCU arquiva apuração sobre viagem antecipada de Janja a Nova York

Fernando Frazão/Agência Brasil



TCU não viu irregularidades em viagem de Janja

O Tribunal de Contas da União (TCU) arquivou a solicitação apresentada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados para apurar a legalidade da antecipação da viagem oficial da primeira-dama Janja a Nova York, em setembro de 2025. O acórdão foi aprovado pelo Plenário da Corte nesta quarta-feira (1/7).

Na decisão, o Tribunal afirmou que as investigações concluíram pela “inexistência de irregularidades” e determinou o encerramento do processo. De acordo com o órgão, o objetivo da apuração era verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade da antecipação da viagem da primeira-dama aos Estados Unidos.

Segundo o TCU, o processo permaneceu suspenso enquanto era analisado outro procedimento que tratava do mesmo tema. Ao final dessa apuração, a Corte concluiu que “não foram identificados elementos aptos a caracterizar desvio de finalidade ou irregularidade na utilização de recursos públicos”.

Com base nesse entendimento, o Plenário declarou que a solicitação do Congresso foi integralmente atendida. No acórdão, os ministros determinaram que seja comunicado ao presidente da CREDN que, em relação ao requerimento de auditoria, “as apurações realizadas concluíram pela inexistência de irregularidades”.

Além de informar oficialmente a Câmara dos Deputados sobre o resultado da fiscalização, o TCU determinou o encerramento e o arquivamento definitivo do processo.

Cármen Lúcia será relatora de ação em que ex-assessor acusa Moraes de “narrativa inverídica”

O STF distribuiu para a ministra Cármen Lúcia a interpelação judicial apresentada por Eduardo Tagliferro contra o ministro Alexandre de Moraes. A medida pede esclarecimentos sobre as declarações feitas de que um réu havia “fugido para a Europa” e que seus advogados teriam deixado o caso.

Tagliferro é ex-assessor de Moraes no TSE e respondeu a uma ação penal pelo vazamento de informações sigilosas. Atualmente, ele vive na Itália.

Na petição, Tagliferro sustenta que as declarações de Moraes faziam referência direta ao caso envolvendo o ex-assessor e continham informações falsas.

Durante o julgamento, Moraes afirmou: “Pode o réu se beneficiar da própria torpeza? E nós aqui na turma decidimos semana pas-

sada, caso extremamente semelhante, um réu brasileiro que pediu para os advogados renunciarem e ele... fugiu para a Europa. (...) Ora, processo penal não é palhaçada”.

Segundo a ação, Tagliferro reside legalmente na Itália desde abril de 2025, antes mesmo do oferecimento da denúncia contra ele, razão pela qual afirmam que jamais “fugiu” ou foi considerado foragido.

Os advogados também contestam a afirmação de que teriam renunciado à defesa. De acordo com a petição, ambos foram destituídos por decisões de Moraes.

Na interpelação, eles afirmam que as declarações criaram uma “narrativa faticamente inverídica” e sustentam que as referências atingiram a honra de Tagliferro e de seus defensores.